

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.028 - SP (2019/0343616-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : ALPHAPRINT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO
EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO : EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL -
SP138152
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **ALPHAPRINT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no julgamento de Apelação, assim ementado (fls. 472/473e):

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ADUANEIRO. EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL. REGIME DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA. EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO. NACIONALIZAÇÃO POR TERCEIRO. MULTAS. CABIMENTO. INOVAÇÃO DA LIDE NA APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO PARCIAL.

1. Tempestiva a apelação da União, porquanto, tendo prazo em dobro para recorrer e tendo feito carga no dia 28 de agosto de 2009, sexta-feira, venceu no dia 29 de setembro, data em que protocolado o recurso.
2. A desnecessidade de Guia de Importação para a admissão temporária não é determinante para a inaplicabilidade da multa prevista no art. 526, II, do Decreto nº 91.030/85, Regulamento Aduaneiro então vigente. A nacionalização da mercadoria, se for essa opção do importador, depende de sua expedição (art. 307, V, § 5º, e art. 311, § 1º). No caso, a mercadoria deixou de ser objeto de uma operação regular de admissão temporária para se tornar em operação irregular de nacionalização.
3. O fato gerador do IPI é "o desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira", segundo o art. 2º da Lei nº 4.502, de 1964. Decorrido o prazo de suspensão temporária, o imposto incide integralmente, só se falando em transferência dessa responsabilidade ao terceiro adquirente se a nacionalização ocorrer no prazo, pelo que haveria de ser recolhido imediatamente pela Embargante. Aqui, inegavelmente, a nacionalização ocorreu depois de vencido o prazo e inclusive depois do lançamento da multa prevista no art. 461, I, do RIPI (Decreto nº 2.637/98).
4. Pretende a Embargante que, sem que se submetessem matérias

Superior Tribunal de Justiça

relativas a redução das multas ao juízo a quo, em segundo grau de jurisdição seja anulada parcialmente a dívida por questões não tratadas na petição inicial destes Embargos ou qualquer oportunidade anterior, praticamente ofertando novos embargos.

5. Remessa oficial e apelação da União providas. Apelação da Embargante parcialmente conhecida e improvida na parte conhecida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 483/490e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

(i) Art. 535, I, do CPC/73 - "[...] apresentados os argumentos que deixaram de ser analisados quando do não conhecimento de parte da Apelação, e, posteriormente, com a rejeição dos Embargos de Declaração, terminou a C. Turma por contrariar o artigo 535, inciso I, do Código de Processo Civil." (fl. 520e); e

(ii) Arts. 461 do Decreto 2.637/98; 432, 521, II, *b*, e 526, II, do Decreto 91.030/85 - "[...] incabível penalizar a ora Recorrente por algo que sequer era obrigada, afinal era contribuinte não sujeita a emissão da aludida guia, seja em razão da natureza e destinação da mercadoria, ou mesmo em razão do regime de admissão temporária adotado." (fl. 515e). "[...] se não era prevista a necessidade de emissão da GI não poderia a Recorrente ser apenada desta maneira, especialmente porque tal ausência de guia de importação foi suprida pela apresentação dos documentos equivalentes." (fl. 516e). "[...] diante do PAGAMENTO comprovado, e no caso de entenderem Vossas Excelências que o momento/vencimento seria efetivamente considerado do descumprimento da admissão temporária (o que não se crê, vale dizer!), e então a multa aplicada deveria ser não a de 75%, como prevê o artigo 461, inciso I, do RIPI, mas sim a de 20% (vinte por cento), conforme previsão dos artigo 469/470, do mesmo RIPI." (fl. 519e).

Com contrarrazões (fls. 529/538e), o recurso foi admitido (fls. 550/552e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo

Superior Tribunal de Justiça

Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Não se pode conhecer a apontada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

(...)

(AgRg no REsp 1450797/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 11/06/2014)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante

Superior Tribunal de Justiça

não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.

(AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe

Por outro lado, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação dos suscitados arts. 432 e 526, II, do Decreto 91.030/85.

O requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

Desse modo, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. BENS PÚBLICOS. TERRENO DE MARINHA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DESTA CORTE SUPERIOR. REGISTRO IMOBILIÁRIO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO TERRENO DE MARINHA. MANDADO DE SEGURANÇA. VIA ADEQUADA. QUESTÃO MERAMENTE DE DIREITO. Oponibilidade em face da União. Caracterização do bem como propriedade particular. Impossibilidade. Propriedade pública constitucionalmente assegurada (CR/88, ART. 20, INC. VII).

(...)

2. A controvérsia acerca da ilegalidade do procedimento demarcatório na espécie, pela desobediência do rito específico previsto no Decreto-lei n. 9.760/46 - vale dizer: ausência de notificação pessoal dos recorrentes - não foi objeto de análise pela instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, razão pela qual aplica-se, no

Superior Tribunal de Justiça

ponto, a Súmula n. 211 desta Corte Superior.

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido. Julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e à Resolução n. 8/2008.

(REsp 1183546/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 29/09/2010, destaque meu).

Noutro aspecto, observo que o tribunal de origem deixou de conhecer da alegação de inadequação do percentual da multa aplicada ao ora recorrente por estar configurada inovação recursal, no ponto, nos seguintes termos (fl. 468):

Levanta ainda a Embargante em seu apelo matérias relativas a abusividade dos valores das multas em questão, as quais seriam confiscatórias por não obedecer a proporcionalidade entre a infração cometida e a imposição penal.

Neste ponto, todavia, vê-se que se trata de matérias não levantadas pela Embargante na exordial da ação, pelo que resta impossibilitada sua análise nesta fase, como destacou a Embargada em suas contra-razões.

Com efeito, está a Embargante inovando na lide em sede de apelação em vários pontos. Na exordial, como especificado no relatório, havia expressamente afirmado que não se opunha à incidência da multa do art. 521 do RA, mas apenas aos encargos incidentes; da mesma forma, a matéria que levantou em relação ao art. 526 se restringia ao quanto antes analisado, e igualmente quanto à imposição baseada no art. 461 do RIPI. Já na apelação e nas contra-razões levanta outras questões até então não ventiladas e, assim, nem mesmo analisadas na sentença.

Então, o que pretende a Embargante é que, sem que se submetessem as matérias ao juízo a quo, em segundo grau de jurisdição seja anulada parcialmente a dívida por questões não tratadas na petição inicial destes Embargos ou qualquer oportunidade anterior. Ou seja, sem que passasse pela 'discussão em primeiro grau, pretende inovar na lide, praticamente ofertando 'novos embargos.

Com a exordial dos embargos cabe à parte apresentar todos os elementos de contrariedade ao título executivo, toda a matéria útil à defesa (art. 16, § 2º, da LEF), sob pena de preclusão.

Nas razões do Recurso Especial, tal fundamentação não foi refutada, repercutindo na inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte tem firme posicionamento

Superior Tribunal de Justiça

segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

4. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento autônomo e suficiente empregado pelo acórdão recorrido para decidir que o Código de Edificações do Distrito Federal autoriza à Administração Pública, no exercício regular do poder de polícia, determinar a demolição de obra irregular, inserida em área pública e de preservação permanente. Incide, no ponto, a Súmula 283/STF.

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014);

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ATO DE IMPROBIDADE. BENS IMÓVEIS PENHORADOS, LEVADOS A HASTA PÚBLICA E ARREMATADOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA, RESCINDINDO O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS ARREMATACÕES. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. IMÓVEIS QUE TERIAM SIDO ARREMATADOS POR PREÇO VIL. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER BUSCADA EM AÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PRÓPRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO SÃO IMPUGNADOS PELAS TESES DO RECORRENTE. SÚMULA N. 283 DO STF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

(...)

4. Com relação aos demais pontos arguidos pelo recorrente, forçoso reconhecer que o recurso especial não merece conhecimento, porquanto, além da ausência de prequestionamento das teses que suscita (violação dos artigos 687, 698 do CPC e 166, inciso IV, e 1.228 do Código Civil) (Súmula n. 211 do STJ), tem-se que as razões recursais não impugnam, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o entendimento da Súmula n. 283 do STF.

5. Não sendo possível o retorno ao status quo ante, deve o prejudicado pedir indenização por meio de ação própria, caso entenda que aquela arbitrada pelo juízo da execução é insuficiente para recompor sua indevida perda patrimonial.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 1407870/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014).

Isto posto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora